

TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

Texto 1

1. Balanço da intervenção da ANDES-SN na conjuntura recente

1

Ao final do ano de 1991, o país vivia sob a pressão da implantação contínua das políticas neoliberais patrocinadas pelo governo federal. A degradação generalizada dos salários associava-se ao crescente descompromisso do Estado com políticas sociais e atividades indispensáveis à soberania nacional, piorando ainda mais as condições de vida da maioria da população. As Universidades Públicas sofriam os reflexos desta política, tanto no aspecto educacional, quanto em relação as suas atividades científicas, tecnológicas, artísticas e culturais.

2

Diante do quadro que se configurava e devido à absoluta insensibilidade daquele governo às pressões populares, o XXIII CONAD da ANDES/SN concluiu que seria indispensável pôr fim às políticas que vinham sendo implementadas pelo governo. Para tanto, considerava-se necessária uma mobilização nacional em torno de uma proposta política unificadora, tendo-se indicado a discussão, ao nível do movimento social organizado, de, pelo menos, duas propostas que despontavam naquele momento: 1) Lutar pela adoção do Parlamentarismo; 2) Lutar pelo *impeachment* do presidente.

3

A partir de meados de 1992, a luta pelo *impeachment* ganhou um forte impulso, ocupando as ruas e os espaços da mídia. A ANDES/SN teve uma participação ativa neste processo através de todas suas instâncias. A Diretoria Nacional compôs a Coordenação Nacional do Movimento pela Ética na Política e participou também do Movimento Democrático contra a Impunidade. Estivemos presentes em todos os atos da Capital Federal e em muitas Capitais de Estados, tanto através da presença da diretoria nacional, quanto através de Secretarias Regionais e Seções Sindicais.

4

O *impeachment* concretizou-se diante da mobilização popular e da impossibilidade para as próprias classes dominantes, de recuperar a credibilidade do governo que patrocinavam. Este processo significou uma derrota para as forças conservadoras. Mas, ao mesmo tempo em que entregavam a cabeça de seu rebento, pressionaram para que o conteúdo das manifestações se limitasse ao combate da "quadrilha instalada no planalto". Procuraram assim minimizar o desgaste sobre a política governamental, elemento central na vontade popular pelo *impeachment*. A ANDES/SN envidou todos seus esforços para sustentar como eixo das manifestações o combate à política neoliberal, denunciando-a como agravante das péssimas condições de vida da maioria da população, destruidora do patrimônio público e subalternizadora do país. A condução do Movimento pela Ética na Política permaneceu, contudo, extremamente limitada aos aspectos da corrupção, ensaiando apenas pequenos passos contra a política neoliberal.

5

Diante da iminência do *impeachment*, realizamos um CONAD-Extraordinário na primeira semana de outubro. Definimos um plano de lutas que previa negociações com o governo, tanto em questões mais diretamente relacionadas com as universidades e o financiamento da pesquisa no país, quanto sobre aspectos mais gerais a serem encaminhados através da nossa Central Sindical. Algumas questões centrais que definimos foram: 1) revisão do Orçamento da União para 1993, encaminhado pelo governo anterior, que aplicava severos cortes nas verbas para áreas sociais, como educação, e programava um arrocho ainda maior no salário dos servidores; em contraposição, os recursos destinados ao pagamento da dívida interna e externa sofreram grande ampliação; 2) retirada da chamada "reforma fiscal", abrindo-se uma ampla discussão sobre uma tributação com maior equidade social, e ampliação imediata dos recursos do tesouro através de um combate à sonegação e inadimplência fiscal; 3) implantação de uma política salarial que recupere mensalmente a perda inflacionária; 4) definição de uma política de reposição das perdas salariais acumuladas, especialmente para o salário mínimo; 5) retirada do Projeto de Lei da Propriedade Industrial (Lei das Patentes), lesivo à soberania nacional; 6) suspensão das privatizações; 7) suspensão do pagamento da dívida externa; 8) auditoria na dívida interna.

6

Entregamos estes pontos gerais, mais as pautas específicas, ao Ministro da Educação e ao Ministro da Ciência e Tecnologia. A CUT também vem organizando, desde o final do ano passado, reuniões da sua Executiva com suas entidades nacionais, preparando o que seria uma "negociação da classe trabalhadora" com o governo. Simultaneamente, a Coordenação dos SPFs (Servidores Públicos Federais), da qual a ANDES/SN faz parte, iniciou negociações com o MTb (Ministério do Trabalho) e a SAF (Secretaria de Administração Federal), para tratar das reivindicações dos SPFs.

7

As inúmeras negociações têm produzido muito pouco resultado palpável. O movimento social organizado adota uma postura concessiva, enquanto os conservadores ganham espaço cada vez maior no governo Itamar, mantendo a essência do projeto neoliberal. Mesmo ao nível do PT e da CUT, onde as deliberações postas no papel definem pressões sobre o governo, observa-se uma paralisia nas ações. A cada dia que passa vai se esvaindo o cacife para negociação que conquistamos com a luta pelo *impeachment*. Enquanto isto, Itamar se pronuncia em tons progressistas e amealha seu reconhecimento popular, persistindo, de fato, as diretrizes gerais de um governo antipopular:

8

- a proposta de política salarial deste governo, diante do quadro inflacionário, é pior que a da ditadura militar e só ganha daquela sustentada por seu antecessor;

9

- não há qualquer plano de redistribuição da renda que preveja uma recuperação salarial

10

- as privatizações estão em curso, agora com uma promessa de "moralização" do leiloar de patrimônios públicos;

11

- permanece quase intacta a proposta orçamentária do governo anterior, descomprometida com as funções sociais do Estado;

12

- está praticamente definido o chamado "ajuste fiscal", pela via transversa de uma revisão constitucional, e que reforça uma tributação socialmente injusta;

13

No MEC temos encontrado uma receptividade inédita no que tange ao reconhecimento dos dirigentes eleitos pela comunidade universitária das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a despeito das sérias dificuldades que tivemos em Uberlândia. Ele também tem se manifestado favoravelmente ao projeto de LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que tramita na Câmara dos Deputados e que contempla algumas reivindicações do movimento social organizado, ao mesmo tempo em que fez gestões contrárias ao projeto de LDB dos Senadores Darcy Ribeiro e Marcos Maciel, que atende à interesses dos empresários da educação. Divisamos ainda um posicionamento restritivo em relação às Fundações e favorável à gestão das IFES segundo parâmetros

públicos. Preocupa-nos, contudo, uma série de questões, dentre as quais destacamos: 1) o MEC continua se omitindo quanto às mazelas que se processam nas Instituições Particulares de Ensino Superior - demissões de docentes, ausência de plano de capacitação docente, instalações sofríveis, mensalidades escorchantes, etc; 2) iniciou uma experiência de compra de vagas na rede privada com recursos públicos; 3) impotência diante da persistente escassez de recursos financeiros para a educação, o que inviabiliza o pagamento de salários dignos aos profissionais da educação e compromete ainda mais o patrimônio das Instituições Federais de Ensino.

14

As negociações salariais para os SPFs têm se concentrado no MTb que manifesta a intenção de estabelecer isto como norma. As sucessivas reuniões realizadas, ao longo destes meses (suspensas apenas durante o Natal e o Ano Novo), mostraram-se totalmente improdutivas e postergadoras de qualquer solução.

15

No referente às "negociações da classe trabalhadora", organizada pela executiva da CUT e suas entidades nacionais, por enquanto, padecem da paralisia generalizada do movimento social organizado - apenas uma reunião foi realizada com o MTb em novembro/92 e as movimentações planejadas perderam-se nos desencontros e falta de organização. Durante o nosso Congresso haverá uma reunião da CUT, em São Paulo, onde esta iniciativa deverá ser retomada, tendo como um dos pontos de sua pauta a questão da Lei da Propriedade Industrial.

16

Cabe a este Congresso analisar os reflexos desta conjuntura nacional e internacional sobre o nosso campo de atuação política e sindical, cuja intervenção tem sido marcadamente classista e, a partir daí, definir ou reafirmar nossas propostas de ação.

2. A integração passiva à ordem: o cenário da luta.

17

O elemento central para a compreensão da atual conjuntura tanto a nível nacional quanto internacional é a integração passiva à ordem das forças que representam o campo popular.

18

Na realidade mais do que a desestruturação das experiências de constituição do socialismo o que observamos é o refluxo dessas forças populares, brutalmente marcado pela citada desestruturação. O cenário aparece, então, como estando caracterizado, por um lado, pela pretensa "inevitabilidade" do capitalismo, não apenas como forma produtiva mas também como horizonte civilizatório, e, por outro lado, pela desconstrução efetiva das identidades classistas que se diferenciam desse horizonte. Mais do que uma mera forma produtiva, o capitalismo é uma racionalidade classista que se apresenta em todas as esferas da vida social: do político ao afetivo, do estético ao teórico. Reconhecer sua inevitabilidade, reconhecer a impossibilidade de outra visão do mundo significa fundamentalmente afirmar que a história do capitalismo é toda a história. E que estamos condenados a sofrê-la. Assim a

integração passiva à ordem significa que todo o pensável, que tudo o que se pode viver está resumido à lógica, à racionalidade e à trajetória capitalistas.

19

Partidos, Sindicatos, movimentos sociais passam, então, aceitas essas premissas, a movimentar-se na chamada racionalidade do mercado. Tenta-se, dentro desses parâmetros, obter condições melhores (ou menos piores) para as classes trabalhadoras. A racionalidade científica é vista como sendo a das grandes empresas. O destino dos partidos é competir dentro de uma ordem inevitável, imutável. Tenta-se eliminar, assim, o processo de construção das alternativas. Está, contudo, estritamente documentado e provado que a inexorabilidade não é uma característica da história. Cabe a nós torná-la, efetivamente, um campo de possibilidades e não de fatalismos. A recusa a toda forma mecanicista nas análises e nas práticas sociais permitirá escapar dessa situação de constrangimento. A racionalidade do mercado pensa o processo de desconstrução do espaço do trabalho (fabril ou não) como uma necessidade. Essa desconstrução se dá, inclusive, no plano do imaginário. No plano dessa racio-

nalidade, no Brasil, não cabe, entre outras, uma educação gratuita, crítica e competente, não cabe um projeto de saúde coletiva, e uma seguridade pública aberta a toda sociedade. Os caminhos de construção das nossas ciências, práticas e desejos são regulados pelas possibilidades orçamentárias e pelos projetos políticos de quem deseja manter esse projeto civilizatório. As classes trabalhadoras, seus partidos e sindicatos devem colocar claramente a perspectiva da negação dessa integração à ordem e reafirmar a construção de uma nova racionalidade.

20

Essa integração passiva à ordem aparece, na conjuntura, como uma grande perplexidade seja dos partidos de esquerda, seja dos movimentos sociais. Sofrendo um processo progressivo de perda da perspectiva classista, eles tendem a deslocar progressivamente sua intervenção para o campo institucional, diminuindo assim sua capacidade de intervenção como movimento nas suas bases sociais. Uma década de recessão acentua a tendência do movimento a esse refluxo, no afã de preservar conquistas. O desemprego e a recessão se tornam, assim, elementos de desorganização. Colocados objetivamente no campo da luta pela sobrevivência, as classes trabalhadoras e suas formas organizativas perdem a agressividade

3. A Conjuntura internacional

22

A crise do centro e leste europeus e da área hegemônica pela ex-URSS possibilitou ao capitalismo internacional vislumbrar possibilidades de sua expansão via a criação de novos espaços de exploração da classe trabalhadora. Por outro lado, acirraram-se as contradições, no seu próprio seio, no decorrer do último ano. O rearranjo planejado através do mecanismo de blocos econômicos, ainda que tenha progredido em certas áreas não conseguiu se consolidar. Mesmo assim, tem contribuído para aprofundar a crise econômico-social, em alguns países, e para desenvolver novas formas de retaliação e subordinação da periferia capitalista.

23

As reformulações no quadro de hegemonia capitalista têm gerado conflitos constantes, cuja solução tem reafirmado o papel dos Estados Unidos como gendarme internacional. Diante disto, na recente eleição americana, a questão da administração eficiente da crise econômica colocou em questão a construção do projeto neoliberal, trazendo reflexos, também, sobre os países dependentes.

24

A crise do leste europeu também se aprofundou, na medida em que a proposta de substituição da utopia socialista pela lógica capitalista de mercado teve como resultante final a aceleração da deterioração das condições de vida, da exploração dos trabalhadores e da de-

que demonstraram no final da década de 70 e meados da de 80. Não se trata de uma maquiavélica traição das direções, ainda que objetivamente muitas delas tenham modificado posições e mesmo projetos.

21

Aqui a destruição das referências internacionais, a crise da "utopia" socialista contribuem poderosamente. Os movimentos, sindicatos e partidos do campo popular, encurralados no canto do ringue, tornaram-se alvo fixo da racionalidade capitalista. A terceirização, a flexibilização, a desconstrução do espaço fabril, dão a impressão de que as classes trabalhadoras deixaram de existir. Fala-se em "adeus ao proletariado". A realidade é, contudo, mais complexa: a balcanização dos países do chamado campo socialista, as contradições geradas pelo desemprego (Inglaterra, USA, Alemanha), o renascimento dos movimentos nazistas e racistas, etc., mostram que um processo crescente de integração capitalista tem levado mesmo nos países hegemônicos no capitalismo à uma crescente exclusão dos setores populares. Em suma, as forças capitalistas tentam "consolidar" o seu Estado, vale dizer, tratam de assumir - sem contrastes, sem oposições - a direção do aparelho Estatal e, a partir daí, redefinir sua racionalidade.

sorganização econômica. Este é um componente que aprofunda a crise capitalista internacional.

25

Fica cada vez mais claro que a revolução científico-tecnológica, apregoada como a grande solução para a consolidação da "nova ordem capitalista internacional" (na perspectiva da burguesia), serviu basicamente para ampliar o processo de desqualificação e dispensabilidade do trabalhador. Avançou, ainda, no sentido de descaracterizar a ação sindical de caráter classista.

26

Os impasses colocados no processo de implementação dessa "nova ordem capitalista internacional", seja na perspectiva econômica, seja na perspectiva político-social, têm estabelecido componentes que acirram as contradições dessa "nova ordem".

27

Ressalte-se, finalmente, que apesar da gravidade do quadro internacional, abrem-se novas perspectivas para a retomada da luta e da organização dos trabalhadores. O fracasso do neoliberalismo na Inglaterra, nos USA, a recessão japonesa, os conflitos sociais na Alemanha, as contradições criadas pela chamada abertura da Rússia para a economia de mercado são, entre outros, prova dessa afirmação. O movimento sindical combativo tem, assim, sobre seus ombros, uma responsabilidade cada vez maior.

4 - O Governo Itamar e a estratégia de construção do projeto neoliberal

28

O movimento docente colocou desde a ascensão de Collor uma avaliação política que procurou caracter-

zar que o eixo político básico do governo era a implementação do projeto neoliberal. Tal avaliação se aprofundava na medida em que a crise se agudizava e foi refe-

rendada nos vários encontros das instâncias deliberativas do Sindicato. Gradativamente, a própria conjuntura confirmava a análise, ao mesmo tempo que se apontava a necessidade de uma articulação, mobilização e ação política dos movimentos sociais organizados. Nesse processo, a ANDES-SN se colocou como uma das poucas entidades que, de início, propôs o *impeachment* como instrumento importante da luta política pela construção de uma sociedade democrática.

29

Completada essa etapa do processo de luta gestada a partir de uma maciça mobilização popular que, somente após algum tempo, conseguiu articular um arco de alianças bastante amplo, isto não significou, no entanto, um real entendimento da amplitude e profundidade daquele movimento (até mesmo nos segmentos da esquerda brasileira).

30

Assumindo o governo, no bojo da luta pelo *impeachment*, Itamar se colocou, formalmente, em uma postura de "indefinição", o que expressava, na realidade, uma tática de "costurar" um arco de alianças políticas que lhe garantisse condições de governabilidade que, inicialmente, se expressou pelo respaldo político a nível parlamentar. Ao mesmo tempo, procurava ampliar esse respaldo através de instrumentos de integração passiva à ordem de amplos setores sociais, o que pode ser exemplificado pelas tentativas de articular um pacto social. Com a efetivação do *impeachment* de Collor, um segundo momento se estabelece pela efetiva consolidação do "novo" governo. A novidade é que o movimento social organizado, ao contrário dos períodos Sarney e Collor, não tem uma clara posição de rejeição do pacto da governabilidade.

31

Tornou-se essencial a definição de uma estratégia política mais elaborada que viesse viabilizar a continuidade (de forma mais efetiva e politicamente respaldada) da construção do projeto neoliberal. Para isso, o governo procurou contar com um "capital político" de extrema importância e que se consubstanciava na busca de sustentação política do governo pelas forças políticas que foram responsáveis maiores pela derrubada de Collor. Isto lhe permitiria ampla margem de manobra na medida que construiria uma "trégua" com amplos setores da sociedade, seja na reivindicação de mudanças sociais, atendimento às demandas dos segmentos dominados, seja na perspectiva de denúncia de que o "novo" era o "velho". Era fundamental mascarar o real conteúdo do projeto político (neoliberal). A integração passiva à ordem de amplos segmentos é fundamental para o governo manter o "relax" que se estabeleceu logo após o "stress político" da luta pelo *impeachment*. Parcelas expressivas do movimento social organizado embarcaram, total ou parcialmente, nesse processo.

32

A consolidação do processo de construção do projeto neoliberal, à medida que os problemas econômicos e sociais não eram sequer equacionados, passou a exigir um constante monitoramento dessa estratégia o que nem sempre foi facilmente detectado pelo movimento social

organizado, conforme a ANDES-SN vem explicitando em suas análises e no seu comportamento. Tornou-se necessário ao governo mascarar, de várias formas, suas reais intenções. Seja procurando envolver segmentos e/ou elementos da esquerda, inclusive na participação direta como quadros do governo; seja acenando com medidas que supostamente viessem atender aos anseios populares, seja apontando para medidas econômicas (p. ex. a retomada do crescimento) visando explicitar o apoio do capital, seja abrindo perspectivas para o diálogo e a negociação que, no essencial, não diferem da prática tradicional dos governos no Brasil.

33

É importante que seja explicitado claramente como, ao lado disso, de forma gradativa e nem sempre transparente, o Governo Itamar tem procurado implementar o seu projeto neoliberal. Como ilustração se pode elencar a proposta de ajuste fiscal (que pouco difere das propostas de Collor) colocada como condição *sine qua non* para o combate à inflação, para a retomada do crescimento, para o atendimento às reivindicações dos SPFs mas que em última instância coloca uma maior carga tributária sobre os ombros dos trabalhadores. No campo da educação aprofunda-se o processo de privatização, continua o descompromisso do governo com o ensino e a pesquisa e é emblemática a compra de vagas no setor privado, como forma de mascarar as deficiências das redes públicas de primeiro e segundo graus. A manutenção do processo de sucateamento da saúde pública e da seguridade social com o mesmo objetivo. As promessas de intervenção no setor habitacional que, amortecendo as demandas populares pudessem, ao mesmo tempo, atender ao capital imobiliário. A manutenção de uma política monetária que, na sua essência, segue os ditames do FMI. A nova roupagem que procura dar ao processo de privatização das estatais. E, finalmente, as recentes propostas que visam atender aos interesses do empresariado como a redução de impostos para vários produtos, o retorno da produção de carros pseudo-populares, dentre outros. Ao lado disso, através de um discurso diversionista em que procura envolver o movimento social, "crítica" e até "ameaça" segmentos do setor empresarial por não estarem colaborando na medida do necessário para a viabilização política desse governo; o que significa dizer do projeto neoliberal.

34

É nesse quadro que se torna necessário que o movimento sindical estabeleça também sua estratégia de luta frente ao governo Itamar o que pressupõe um aprofundamento da análise política do seu verdadeiro significado e objetivos. Se em determinados momentos a luta política assumiu a característica de organização da resistência, passando posteriormente por um certo imobilismo, cabe agora dar um novo passo e avançar na luta. Os desafios colocados pelo Plebiscito, pela Revisão Constitucional, pela continuidade da política recessiva e de arrocho exige uma ação articulada do movimento social profunda interligação de todas essas o que dará a essa ação um conteúdo essencialmente político.

35

O governo Itamar tem suas ações monitoradas pelo Congresso Nacional subordinando, desta forma, as suas medidas principais, a maioria conservadora do atual Parlamento. Itamar ao nomear o Congresso como verdadeiro interlocutor dos interesses da maioria da sociedade revela a sua fragilidade ao reproduzir, na ausência de uma maioria fiel, os métodos de busca do apoio político em troca de cargos e benesses.

36

Este aspecto da estratégia governamental se substancia nesse momento com a aprovação pela Câmara dos Deputados da emenda constitucional do chamado ajuste fiscal e em processo de discussão no Senado Federal. Uma vez mais, a exemplo do que fizera Collor, o Executivo embutiu naquela emenda instrumentos pelos quais a aposentadoria dos SPFs passa a ser financiada também com recursos das contribuições sociais o que representa perda de conquistas obtidas na Constituição de 1988. Além disso, cria instrumentos jurídicos como as ações declaratórias de "interpretação do direito federal" e de "constitucionalidade" (de competência do STF). No segundo caso, criam-se condições pelas quais leis ou atos normativos poderão vir a ser declarados constitucionais o que significa uma possibilidade efetiva de cerceamento e redução dos direitos do cidadão. Importante salientar que tais mecanismos passaram até bem pouco tempo totalmente despercebidos pelos parlamentares e pelos movimentos sociais.

37

É preciso, contudo, afirmar que nenhum pacto ou condomínio será capaz de resolver os problemas da guerra civil não declarada que nossa sociedade vive hoje. É a única "saída", para os governantes, parece ser a "policialização" da segurança, freqüentemente solicitada pelas parcelas mais desorganizadas da sociedade, e habilmente aproveitada por setores dos meios de comunicação de

5. Plebiscito e Revisão Constitucional

41

Quando se discutia na Constituinte o mandato do presidente, diante da avalanche fisiologista dos "5 anos para Sarney" foi construído um acordo pelo qual se faria após 5 anos de vigência do texto constitucional um plebiscito que visaria discutir República ou Monarquia e Parlamentarismo ou Presidencialismo.

42

Assim, sem maiores debates o Congresso Constituinte criou a possibilidade da revisão da Constituição sem que se tivesse tido condição de sequer implementá-la. E por mero acordo de parlamentares sem que a opinião pública nacional fosse avisada. Viabilizou-se por esse acordo um plebiscito que cai sobre o conjunto da população em um momento de profunda crise. Obviamente todo o debate passará a ser polarizado em torno dessa questão a menos que uma intervenção do movimento popular reverta essa situação.

43

O que motiva portanto o debate sobre o plebiscito? O ocultamento das graves questões nacionais. A idéia de que esse debate propiciaria uma forma de edu-

massa como no recente episódio da "decretação" da pena de morte pela rede Globo.

38

O movimento social organizado deve ter claramente colocada a perspectiva de que não pode haver solução para a sociedade que não passe por uma mudança radical da política implementada pelo governo. A experiência internacional demonstrou que o aprofundamento da "modernização" neoliberal significa o aumento da miséria (nos USA, na Inglaterra, etc.).

39

O aprofundamento da política neoliberal fez com que o setor capitalista mais oligopolizado e internacionalmente integrado tenha procedido a uma reciclagem e está hoje produzindo com menos postos de trabalho e aumentando a produção. O que significa que uma "retomada do desenvolvimento" não se traduzira mecanicamente em um crescimento de possibilidades de emprego. Por outro lado, no conjunto da economia brasileira, há um sucateamento e uma destruição generalizadas. O recente debate sobre o papel do Estado implica não apenas a explicitação e tentativa de resolução das contradições intersetoriais (industriais X sistema financeiro, p. ex.) como também a clareza de que para a maioria dos empresários uma redução da intervenção estatal será desastrosa que contraria o projeto neoliberal defendido por setores oligopolistas nacionais e internacionais.

40

Coloca-se, neste momento, uma tarefa política fundamental para a ANDES-SN. Por um lado, levar essa discussão e aprofundá-la junto às suas bases e, por outro, mobilizar-se em conjunto com o movimento sindical organizado na CUT e outros movimentos sociais no sentido de criar condições efetivas para barrar o processo de construção do projeto neoliberal.

cação política já está absolutamente desmentida. Parlamentarismo e Presidencialismo virou uma espécie de jogo onde se exploram as emoções populares, não se discutem os projetos políticos, não se explicitam as formas que eles assumirão: qual o tipo de presidencialismo ou de parlamentarismo? Qual o peso das bancadas no Congresso? Qual o papel do Senado? Este deve continuar a existir ou não? Nada disso se debate, se esclarece, se propõe. Não se coloca, em momento algum, a questão do abuso do poder econômico. Vota-se Presidencialismo ou Parlamentarismo abstratamente. Vencedora uma ou outra proposta ela será seguramente descaracterizada na sua regulamentação. Mas o fundamental desta história é que, pela enésima vez na política nacional, as formas políticas destituídas de conteúdos concretos são propostas para obscurecer os problemas reais. O que se coloca hoje como necessidade é ampliar a participação do movimento social organizado para evitar as perdas previsíveis no momento da revisão constitucional e para atuar no sentido de ampliar conquistas sociais.

44

Garantia da seguridade pública e da aposentadoria do tempo por serviço, Reforma Agrária, Sistema Único de Saúde, Escola Pública e Gratuita em todos os níveis, Autonomia Universitária, gestão democrática da educação, estabilidade, monopólio estatal do petróleo e das comunicações, entre outras conquistas populares na Constituição, estão sob a mira dos conservadores. É comum ouvir-se a ladainha de que o processo constituinte realizou-se antes da "queda do muro de Berlim" e portanto deixou de lado a "modernização" das relações sociais advindas da crise dos países do leste europeu. Os povos destes países já descobriram o incrível retrocesso que esta velha e conhecida "modernidade capitalista" imprimiu em suas condições de vida.

45

Registra-se pelo mundo afora os efeitos extremamente negativos destas "modernizações" patrocinadas pelo neoliberalismo. [Nós mesmo ainda não superamos nossa experiência tupiniquim.] Mas o movimento pelo *impeachment*, associado aos insucessos internacionais do neoliberalismo, nos fornece elementos para assumirmos

6. As tarefas imediatas: o horizonte das lutas

48

A necessidade de uma intervenção decisiva na questão do Plebiscito e sobre Reforma Constitucional exigem a clareza de que não pode ser obscurecido um conjunto de lutas que permanecem como tarefas inadiáveis. Por isso mais do que nunca faz-se presente a articulação das lutas democráticas gerais com as lutas concretas particulares.

49

50

Continuam atuais as tarefas definidas pelo III CONAD Extraordinário.

Encaminhamentos

51

I - Reforma Constitucional

52

1 - Denunciar a não regulamentação de artigos da constituição Federal ressaltados os pontos positivos da mesma.

53

2 - A Diretoria, mantendo a posição do III CONAD Extraordinário, referendada pelo XXV CONAD, propõe ao MD o debate sobre a elaboração de uma plataforma de ação com vista à revisão constitucional e a questão do Estado e da forma de governo (Plebiscito), prevista pela Constituição Federal para o corrente ano.

Encaminhamentos

54

a) Os Grupos de Trabalho da ANDES-SN deverão apresentar a avaliação da Constituição e propostas preliminares para a reforma constitucional, principalmente, nas questões de Política Educacional, de C&T, de Saúde e Seguridade Social, de reestruturação

não apenas a defesa das conquistas sociais que obtivemos até agora mas, também, retomar nossas bandeiras e fazê-las avançar na revisão constitucional.

46

Ampliar o percentual de recursos públicos destinados à educação; garantir repasses seguros para pesquisa; exigência de um compromisso financeiro efetivo do Estado para com a saúde; estender os direitos de carreira e piso salarial para os docentes do setor privado da educação; democratização dos meios de comunicação; fim do senado; garantia de uma representação na câmara de deputados que respeite a proporcionalidade de número de eleitores; estabilidade no emprego para todos. Estas e outras questões devem ser tratadas em conjunto com o movimento social organizado, especialmente dentro da nossa Central Sindical.

47

A discussão em grupo sobre o Tema-I tem como objetivo central discutir, organizar e programar a nossa ação sindical no processo de revisão constitucional.

fiscal e de organização sindical. Recomenda-se ainda a realização de debates sobre a reforma constitucional ao nível das AD/S. Sind.

55

b) Buscar, imediatamente, articulação com outras entidades no sentido da construção de amplo arco de alianças na defesa do interesse dos trabalhadores. Criação de um fórum de entidades e do movimento social organizado, para este fim.

56

II-Encaminhamentos Emergenciais

57

58

Encaminhamentos junto ao movimento social organizado

59

1 - Elaboração de uma proposta de política salarial para ser negociada pela CUT com o Estado que assegure, no mínimo, a reposição mensal do poder aquisitivo dos salários.

60

2 - Definição de uma política de recomposição do salário mínimo que assegure, pelo menos, o disposto na Constituição Federal (Art. 7º., inciso IV) e piso salarial por categoria para todos os trabalhadores, reajustado pelo índice do DIEESE.

61

3 - Exigir do governo a imediata implementação do combate sistemático à sonegação fiscal.

62

4 - Não aceitação de qualquer novo imposto ou aumento de alíquota dos já existentes que venha a onerar

ainda mais a classe trabalhadora, bem como de qualquer proposta de reforma fiscal no momento.

63

5 - Retirada do Projeto de Lei de Propriedade Industrial, conhecido como "Lei das Patentes", lesivo aos interesses da maioria da população.

64

6 - Discussão com os diferentes setores do movimento social organizado sobre a exigência de uma reorientação efetiva das prioridades orçamentárias da União e a criação de mecanismos de controle de sua execução.

65

7 - Suspensão imediata e integral do programa de privatizações, com auditoria naquelas já realizadas.

66

8 - Exigir do Governo Itamar que as negociações com os SPFs, atualmente em andamento, se transformem em negociações efetivas (ou seja, que haja espaço para apresentação de contra-propostas) com vistas à implementação de uma isonomia salarial entre os três poderes, revisando a que está sendo implementada, que além de não conduzir à isonomia, introduz distorções e discriminações.

67

9 - Auditoria na dívida interna pelo Congresso Nacional.

68

10 - Não pagamento da dívida externa.

69

11 - Lutar pela continuidade das investigações e pela punição dos culpados, sobretudo, nos casos PC, Vasp, NEC, PP e LBA e contrato de compra com Israel, sem prejuízo de novos casos que se evidenciem.

70

12 - Fim imediato da política econômica do governo que agravou a recessão, destruiu milhares de postos de trabalho, diminuiu a participação do trabalho na renda nacional e desorganizou a economia sucateando os servi-

ços públicos de saúde e educação e inviabilizou a pesquisa científica e tecnológica.

71

13 - Exigir a devolução, já, de parcelas dos salários dos professores cassados durante o Governo Collor.

72

73

Encaminhamentos para negociação imediata junto ao governo.

74

1 - Assegurar a tramitação imediata, em regime de urgência urgentíssima, do projeto de LDB que se encontra na Câmara dos Deputados (PL n.º 1258-A/88).

75

2 - Reversão imediata das prioridades do governo federal de forma a prover recursos que permitam aos organismos de fomento da pesquisa sob sua responsabilidade, como FINEP, CAPES e CNPq atender à demanda por bolsas em todos os níveis e por financiamento para projetos de pesquisa básica. É fundamental manter o compromisso com projetos já aprovados.

76

3 - Assegurar o cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, garantindo a finalidade de Hospital-Escola dos HUs, respeitada a autonomia da Universidade.

77

4 - Retomada imediata de investimento necessário à aplicação integral do FNDCT, incluindo dotação orçamentária específica para o pagamento da contrapartida federal ao investimento estrangeiro.

78

5 - Exigir do governo o compromisso de não contingenciamento das Verbas para Saúde e Educação.

79